



ABORDAGEM PRÁTICA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NEUROMOTORA

Fabiana da Silva Dreher – UTFPR – Profe_Fabi@hotmail.com
Vanessa Hlenka – UTFPR – vanessah@utfpr.edu.br

Linha de Pesquisa: Métodos e Técnicas de Ensino

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar uma abordagem prática ao aluno com deficiência física neuromotora. Muitas são as dificuldades e ansiedades das escolas e professores que pretendem desenvolver um bom trabalho em relação à inclusão quando recebem um aluno com deficiência. O objetivo desse trabalho é apresentar de forma prática algumas dificuldades encontradas pelos professores de sala de aula no dia a dia escolar e as soluções adotadas que visam o desenvolvimento do aluno que apresenta deficiência física neuromotora. Por meio da pesquisa de campo é possível observar melhorias no processo de inclusão que vise um trabalho colaborativo envolvendo toda a comunidade escolar, desde gestores até os alunos que frequentam a escola. Também será apresentada a importância da adaptação ao meio que o aluno especial está inserindo pelos professores, funcionários e alunos, adaptação esta que trará uma enorme contribuição no dia-a-dia e na vida escolar deste aluno.

Palavras chave: adaptações, acesso ao currículo, apoios educacionais.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho em questão visa abordar a questão do aluno com deficiência física neuromotora, dentro do contexto escolar: as dificuldades enfrentadas referentes às ações e estratégias adotadas no processo de ensino aprendizagem, muitas vezes sem saber até onde pode-se e deve-se intervir. Também as definições e atribuições de cada função, ou seja, o papel de cada profissional envolvido ao trabalhar com este aluno, e os apoios educacionais existentes e aplicados a cada caso específico.

A pesquisa em questão trata de uma abordagem prática a este aluno, visando algumas estratégias de ensino para este aluno e as mais variadas formas de inclusão para que o aluno seja realmente inserido dentro do contexto escolar com todas as suas peculiaridades e que a escola que está acolhendo este aluno venha a contribuir com tal situação de forma efetiva, estando de acordo com o que estabelece a LDB e as adaptações no currículo.

No que se refere a adaptações de grande e pequeno porte, adaptações de acesso ao currículo, conteúdo, métodos de ensino e da organização didática, afim de conhecer essa pratica e atrelar a teoria, adequando-se a esse aluno, de forma que favoreça o processo de ensino aprendizagem do mesmo.

Por isto se faz necessário a organização do contexto escolar visando o acesso ao currículo juntamente com as suas adaptações com o intuito primordial de eliminar as possíveis barreiras que impede os alunos com deficiência neuromotora de exercer seu direito de acesso a educação de qualidade e sem obstáculos que o impeçam de ser inseridos dentro do contexto ensino aprendizagem.

Para se desenvolver o presente trabalho, além da pesquisa bibliográfica, foi aplicado a professores um questionário formado por oito questões com foco na “Formação e preparação do professor para trabalhar com aluno deficiente físico neuromotor”.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para melhor compreender as conquistas e avanços em relação a pessoa com deficiência, é preciso rever alguns fatos históricos, que estão diretamente ligadas a estas conquistas. Portanto na vida primitiva do homem segundo GUGEL (2007), não se tem indícios de como os primeiros grupos de humanos na terra se comportavam em relação às pessoas com deficiência. Mais tarde na pré-história havia a preocupação com a segurança e saúde das pessoas do grupo para sobrevivência, os estudiosos concluem que a sobrevivência dos deficientes era impossível, pois o ambiente era desfavorável, e era muito comum que as tribos se desfizessem das crianças com deficiência.

Na Antiguidade as leis Romanas não eram favoráveis às pessoas com deficiência; por exemplo, era permitido matar afogadas as crianças com deformidades físicas. Já na Idade média o nascimento de uma criança com deficiência era visto como castigo de Deus, ou a criança deficiente era vista como feiticeira e bruxa. As que sobreviviam eram muitas vezes separadas de suas famílias e ridicularizadas.

Relatou que “a única ocupação para os retardados metais encontrada na literatura antiga é a de bobo ou de palhaço, para diversão dos senhores e seus hóspedes” Kanner (1964).

No Império romano, com o surgimento do cristianismo a igreja combateu a pratica de eliminação das crianças nascidas com deficiência. Com isso as pessoas com deficiência, buscavam sobrevivência na caridade e eram ignoradas pelas demais pessoas. Na idade moderna, surge o primeiro hospital psiquiátrico, era usado para confinar as pessoas com deficiência, e não para tratamento.

No século XVII, segundo Aranha, que se passou a entender que os indivíduos, não são iguais, e as diferenças teriam que ser respeitadas. Consequentemente vão surgindo novas ideias, na área da educação, como na medicina, e na filosofia, a respeito das pessoas portadoras de deficiência. Ainda segundo Aranha em meados de 1800, Guggenbuehl, abriu uma instituição para o cuidado e tratamento residenciais de pessoas com deficiência mental, em Albenberg, Suíça. Esse foi o período que se deu a ideia da pratica de cuidado institucional.

E assim também fica marcado a fase que se deu inicio, pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem para as instituições residenciais segregadas ou escolas especiais. E a atenção e assistência a pessoa com deficiência tiveram grandes avanços ao longo do século XX. No mundo Contemporâneo, ainda temos exemplos de discriminação as pessoas com deficiências, mas é possível observar que houve uma grande humanização na população.

2.1 Legislação

Como podemos observar que ao longo da historia da pessoa com deficiência, foram sendo pouco a pouco inserido o respeito, o reconhecimento, de forma humanizada das pessoas. Nestes aspectos avançamos e também na forma de cobrar, ou seja na legislação, começando com a Declaração Universal Dos Direitos Humanos, que no seu artigo 3 assegura que “ todo individuo tem direito a vida a liberdade e a segurança pessoal” e ainda no seu

artigo 5º “ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis desumano ou degradantes”.

Os artigos citados acima estão levando em consideração uma sociedade mais justa para todos e além disso tornando crime a prática ou a não prática do mesmo. E ainda no seu artigo 26º, cita que “toda pessoa tem direito a educação”.

A Declaração Universal Dos Direitos Humanos abriu os caminhos para que criassem outros documentos sobre e a favor a Educação Especial, tal como a Declaração de Salamanca que é um documento universal e mais específico para Educação Especial que prioriza uma educação inclusiva, onde a participação em sociedade é essencial a dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Além de fortalecer e incentivar projetos e programas na educação especial.

Como mais uma complementação da lei temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que também garante o direito a educação e no seu artigo 54 assegura que é dever do estado o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

E para fortalecer ainda mais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB9394/96), garante no seu Artigo 58 “que a educação especial deverá ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, e haverá quando necessários serviços de apoio especializado, na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”. E ainda no Artigo 59 que o sistema de ensino assegurará: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades.

Temos também o Decreto nº5. 296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as leis nº 10.048 de 8 de Novembro de 2000 e a lei 10.098 de 19 de Dezembro de 2000, que tratam sobre o atendimento prioritário, das condições gerais da acessibilidade: arquitetônica e urbanística, de serviços de transportes coletivos, na habilidade de interesse social, acesso a informação e comunicação, das ajudas técnicas, dos programas nacionais de acessibilidade.

Portanto é notório que as conquistas e avanços foram grandes, mais temos um caminho a percorrer, pois o desafio da inclusão ainda continua, e ainda temos muitas mudanças significativas a serem trabalhadas.

2.2 Definição da pessoa portadora de deficiência

Conforme o Decreto nº 5296 de 2 de Dezembro de 2004 “ pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na lei nº 10690, de 16 de junho de 2003 a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual e deficiência mental.

2.2.1 Deficiências físicas

Segundo Wilson (1971), considera-se pessoa portadora de deficiência física, quando se tem um ou mais segmentos do corpo com alteração completa ou parcial, que compromete a função física. Podendo ser paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, monoplegia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, nanismos, descartando as deformidades estéticas, e as que não acarretam em dificuldades para o desenvolvimento de funções.

Também temos a definição de deficiência física dão por Bertha de Borja Reis do Valle “Uma variedade de condições não-sensoriais que afetam o individuo em sua mobilidade, na coordenação motora geral ou na fala, como consequência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou malformações congênitas ou adquiridas.” (MEC, 2015).

2.2.2 Paralisia Cerebral

De acordo com Wilson (1971), paralisia cerebral é um termo utilizado para designar, uma lesão, por uma ou mais partes do cérebro. Lesões que pode ser derivadas de fatores pré, Peri e pós-natais. Apresentando-se no período pré-natal como anormalidades cromossômica, defeitos genéticos, erros de metabolismo, intoxicações e intra-uterina. No período Peri-natal podendo ser os traumatismos causados pelo uso inadequado de fórceps, parto lento ou rápido. E no período pós-natal são desenvolvidos por meningite, anóxia

cerebral, intoxicações de medicamento ou anestésica. Todos os fatores citados resultam em danos cerebrais e uma vez atingidas, permanece, podendo também não haver piora no desempenho. Mas no que se refere ao movimento e a postura corporal, esses sim pode melhorar ou piorar, então se recomenda procurar um tratamento o mais cedo possível, para que assim possa alcançar melhoras ao longo dos anos.

2.3 Necessidades educacionais especiais de alunos com deficiências físicas neuromotoras

Segundo Wilson (1971), na maioria dos casos dos alunos que apresentam deficiência física, apenas algumas modificações no ambiente e nos materiais utilizados para o desempenho das atividades escolares são suficientes, isso quando não se apresenta deficiência mental, onde se consegue trabalhar da mesma maneira que os demais alunos.

Já em outros casos nas quais não se apresenta deficiência mental, mais PE possível perceber lacunas no processo de aprendizagem do aluno, que pode ser derivado de faltas, ou até mesmo da lentidão ao realizar as atividades, requer um currículo flexível, adaptando a essas necessidades, para que assim possa atender melhor a essa demanda.

Algumas adaptações são indispensáveis e necessárias nos recursos físicos dos prédios escolares, como rampas de acesso, corrimões nos corredores, nas áreas escorregadias colocação de pisos antiderrapante e portas largas.

2.4 Indicação de apoio educacional

2.4.1 Sala de Recursos Multifuncionais

Conforme a instrução nº 016/2011, da Secretaria do Estado da Educação- SEED e a Superintendência da Educação -SUED, é uma sala de aula inserida na escola regular, que oferece apoio especializado para complementar a escolarização do aluno que apresenta comprometimento motor e dificuldade na fala. De modo que permita a esse aluno acesso ao

currículo, facilitando e organizado as diferentes formas de linguagem que se utiliza para a comunicação.

2.4.2 Professor de Apoio a Comunicação Alternativa

Segundo a instrução nº 002/2012 SUED/SEEDS é um profissional especializado em educação especial, que atua na sala de aula, onde realiza a mediação da comunicação do aluno/aluno, aluno/professor, podendo assim melhorar a sua convivência no grupo social e o processo de ensino aprendizagem. E conforme a instrução, tem direito a esse apoio o aluno com deficiência física neuromotora e que apresentam formas alternativas e diferenciadas de linguagem.

2.4.3 Escola de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial

É uma instituição de ensino, que atende a clientela da educação especial na Educação básica, oferecem serviços especializados educacionais, e atendimento complementares na área da saúde como terapêuticos fisioterapêuticos e também assistencialismo social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada através da utilização de um questionário formado por oito questões com foco na “Formação e preparação do professor para trabalhar com aluno deficiente físico neuromotor. Tal questionário foi repassado a doze professores, contudo, três destes professores não responderam ao questionário.

A primeira pergunta diz respeito ao papel do professor de sala diante da inclusão escolar, todos os entrevistados demonstraram ter uma real noção das necessidades e dificuldades do aluno, colocando-se como mediadores do processo de ensino aprendizagem, mas apenas quatro professores citaram a necessidade de atividades diferenciadas e adaptadas para reais condições do aluno. Um dos professores entrevistados ciente da necessidade de certas adaptações salientou ser praticamente impossível oportunizá-la, pois o aluno

com necessidades especiais encontra-se em salas super lotadas. Embora o aluno estudado, não apresente laudo medico de deficiência mental, ele apresenta muitas lacunas e dificuldades, devido a sua deficiência física, necessitando de atividades diferenciadas. Mas também é possível observar as reais dificuldades dos professores, pois de fato o aluno portador de necessidades especiais encontra-se inserido em uma turma com outros trinta e seis alunos.

Quando questionados sobre o papel e o trabalho do professor de apoio a comunicação alternativa, todos os entrevistados salientaram ser de grande importância, e quatro deles colocaram que sem o acompanhamento desse profissional, não seria possível o processo da inclusão. Como de fato se faz necessário, pois o professor de apoio serve como ponte entre o aluno e o conhecimento que está sendo repassado pelo professor, cabe salientar que o aluno possui fala e coordenação motora fina comprometida.

Ao serem questionados sobre a formação que os mesmos possuem para trabalhar com a inclusão escolar, seis dos professores entrevistados responderam não ter nenhuma formação específica, três detêm pós-graduação em Inclusão Escolar e um é pós-graduado em Necessidades Especiais. Um dos entrevistados ressaltou que a mantenedora não oferece cursos e não prepara o profissional para a inclusão.

É fato conhecido a carência no que se refere a formação continuada dos profissionais da educação, recomenda-se um trabalho com forte atuação sobre as políticas públicas, de forma a fortalecer a formação continuada nas escolas e nas ações pedagógicas dos profissionais nela inserida.

Questionamos se o professor sentia-se preparado para trabalhar com o aluno incluso que apresenta deficiência física neuromotora, seis dos professores entrevistados responderam, não estar preparados, dois dos professores colocaram a dificuldade por terem salas com número excessivos de alunos, um profissional mesmo contendo formação específica, não sente-se preparado para esse trabalho. Três dos entrevistados alegaram estar preparados para trabalhar com o aluno, destes três, um menciona o constante surgimento de dúvidas, mais salientou que é normal e que o curso de especialização o auxilia muito, e o outro ressaltou que este sentimento é garantido pelo professor apoio. Como é possível observar, mesmos

professores habilitados não se sentem seguros para receber os alunos de inclusão na atual conjuntura escolar, contudo, já estamos com esses alunos em sala, e em hipótese alguma podemos ignorar a presença e ou as diferenças. É preciso rever as práticas pedagógicas para que de fato, o processo da inclusão se concretize.

Quando questionados sobre o tempo que o professor atua com o aluno e o que ele conhece sobre as necessidades especiais deste aluno, quatro dos professores entrevistados responderam estar atuando com o aluno desde início deste ano letivo, que totaliza seis meses, dos quatro, três sabiam pouco sobre o aluno e um menciona que a escola não forneceu os dados sobre o aluno. Três dos entrevistados trabalham com o aluno a dois anos, relataram que o aluno possui dificuldades, porém, pouco sabem sobre as necessidades apresentadas pelo aluno. O professor que atua há quatro anos com o aluno relata que o mesmo apresenta raciocínio lógico e coordenação motora aceitável, embora seja mais lento do que os colegas. Observa-se que o aluno possui bom entendimento do que lhe é falado e boa coordenação motora ampla.

Segundo a constituição federal de 1988, o atendimento as pessoas com necessidades especiais deve dar-se preferencialmente na rede regular de ensino. Diante disso escolas e professores devem preparar-se ao receber um aluno de inclusão, para desenvolver um atendimento de qualidade ao aluno. O trabalho evidencia que mesmo os profissionais que atuam há dois anos ou mais com o aluno, desconheciam ou conheciam muito pouco a respeito das necessidades do mesmo.

Quando questionados sobre a execução do planejamento, se fazia necessário adaptações para trabalhar com o aluno, quatro responderam que não era necessário adaptações, destes quatro um justifica sua alegação pelo fato de suas aulas serem expositivas, o outro alega que o professor de apoio serve como ponte e executa essa adaptações, e o ultimo destaca que não faz adaptações, mas avalia o aluno de acordo com as suas capacidades de realizá-las. Cinco dos entrevistados salientaram estar ciente da necessidade de adaptações, porem dois deles colocaram que nem sempre o fazem, um justificou que o planejamento é feito antes de receber as turmas. E três dos

entrevistados relataram trabalhar de forma adaptativa, com atividades diferenciadas e relevando o processo oral.

É possível acrescentar que em algumas disciplinas, realmente não se fazem necessárias adaptações para atuar com o aluno em questão, principalmente quando a didática é mais expositiva e as provas são objetivas, neste caso o aluno apresenta bom rendimento, porém, ressalta-se que o aluno apresenta dificuldade na leitura e em atividades lógicas-matemáticas.

Quando questionados sobre os avanços do aluno, quatro professores responderam que o aluno apresenta avanço, um dos quatro salienta que o aluno apresentava respostas coerentes em questionamentos orais. Dois profissionais responderam que o aluno não apresentou avanços.

Essa questão da avaliação em especial se tornou um divisor de águas, e se apresenta bem mais ampla que a própria educação especial, pois deixa evidente o professor que se prende a folha de papel e não consegue observar avanços ou muito menos avaliá-los por completo, e o professor atuante que avalia diariamente o aluno conseguindo observar os pequenos avanços diários apresentados pelo mesmo.

Na última questão, os entrevistados deveriam relatar uma outra experiência com aluno deficiente físico neuromotor. Três responderam não ter experiência, e pelo fato do aluno não apresentar deficiência intelectual seis responderem ter experiências boas e gratificantes.

Nossos alunos não são todos iguais, e devemos aprender a desenvolver as potencialidades dos alunos e não nos prendermos as dificuldades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado no decorrer deste trabalho, muitos foram os avanços legais nas instituições de ensino ao que se refere a inclusão de pessoas com necessidades especiais, porém, observa-se que a legislação ainda é deixada de lado, a lei existe e precisa ser aplicada. Entende-se que esse direito não se configura apenas no acesso do aluno na escola, o fato dele apenas estar na escola não quer dizer que ele está incluso. É preciso desenvolver ações e estratégias educativas no intuito de superar as dificuldades dos alunos portadores de deficiência.

Visando não apenas garantir a acessibilidade desses alunos, faz-se necessário um trabalho conjunto, sincronizado que envolva e interligue os agentes educacionais, professores, técnicos pedagógicos e gestores da instituição de ensino para criar condições que favoreçam os processos de ensino e aprendizagem.

A pesquisa demonstra que os entrevistados estão cientes da necessidade deste processo, nota-se que alguns professores já estão caminhando para o bom desenvolvimento neste processo, no entanto outros demonstraram grande insegurança mesmo possuindo especialização na área assumiram estar despreparados para atuar com a inclusão.

A pesquisa evidencia a realidade dos professores que trabalham com inclusão, as instituições ou mantenedoras, oferecem muito pouco ou não oferecem subsídios para a capacitação dos professores, concorda-se que uma educação de qualidade para aluno com ou sem deficiência, necessita formação continuada e reflexão contínua sobre as práticas pedagógicas.

Podemos concluir que tanto o professor de classe comum, como o professor especialista, não irá desenvolver o processo de inclusão sem o apoio da instituição ou mantenedora, para isto, é necessário que toda a equipe se envolva no intuito de desenvolver um trabalho garantindo assim o sucesso na inclusão de alunos portadores de necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Artigo publicado na Revista do Ministério Pública do Trabalho, Ano XI, n. 21 março, 2001. PP. 160-173. Disponível em: <http://www.adion.com.br/mznews/data/paradigmas.pdf>. Acesso em 11/maio, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) e Legislação correlata**. Editora Roma Victor. 2º edição. Coordenação André Arruda.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação. Mec; SEESP, 2001. p. 79

BRASIL. Revista da Educação Especial. **Inclusão**. Secretaria de educação especial/MEC. V5 n°2 julho/dezembro 2010.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf. acesso em 12/maio, 2015.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** Disponível em: <http://www.ampid.org.br/artigos/pd.historia.phd>. Acesso em 12/maio, 2015.

KANNER, Leo. **A history of the care and study of the mentally retarded.** Springfield, Illinois: Charles C. Thomas Publisher, 1964.

PARANÁ. Secretária de estado da educação. Instrução nº 002/2012- SUED-SEED.

PARANÁ. Secretária de estado da educação Instrução nº 016/2011- SUED-SEED.

WILSON, M. (1971) **Crianças com Deficiências Físicas e Neurológicas**, em: Dunn, L.M. Crianças Excepcionais - Seus Problemas, Sua Educação.

Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A. Disponível em: <http://Portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunosdeficienciafisicapdf>.